

**INSTITUTO VALE DO CRICARÉ**  
**FACULDADE VALE DO CRICARÉ**  
**CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

**ROBERTO LUIZ VIEIRA JUNIOR**

**AUDITORIA INTERNA: SOLUÇÃO INTEGRADA PARA GESTÃO DE  
RISCOS E CONTROLES**

**SÃO MATEUS**

**2015**

**ROBERTO LUIZ VIEIRA JUNIOR**

**AUDITORIA INTERNA: SOLUÇÃO INTEGRADA PARA GESTÃO DE  
RISCOS E CONTROLES**

Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado ao Curso de Ciências  
Contábeis da Faculdade Vale do Cricaré,  
como requisito para obtenção do grau de  
Bacharel em Ciências Contábeis.

Orientador: Prof.<sup>a</sup> MSc. Maria Penha  
Rodrigues Amaral

**SÃO MATEUS**

**2015**

**ROBERTO LUIZ VIEIRA JUNIOR**

**AUDITORIA INTERNA: SOLUÇÃO INTEGRADA PARA GESTÃO DE  
RISCOS E CONTROLES**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Ciências Contábeis da Faculdade Vale do Cricaré, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Ciências Contábeis.

Aprovado em 01 de Dezembro de 2015.

**BANCA EXAMINADORA**

---

**PROF<sup>a</sup>. MSc. MARIA DA PENHA**

**RODRIGUES AMARAL**

**FACULDADE VALE DO CRICARÉ**

**ORIENTADORA**

**PROF<sup>a</sup>. MSc. MARIA DA PENHA**

**RODRIGUES AMARAL**

**FACULDADE VALE DO CRICARÉ**

---

**PROF.**

**FACULDADE VALE DO CRICARÉ**

Dedico esse trabalho em especial a minha  
querida esposa que me apóia a todo o momento.

Agradeço a Deus por ter conseguido chegar até aqui e a minha família por ter me apoiado nos momentos que tive mais dificuldades.

De tanto ver triunfar as nulidades, De tanto ver  
prosperar a desonra,

De tanto ver crescer a injustiça,

De tanto verem-se agigantarem-se os  
poderes nas mãos de maus,

O homem chega a desanimar da virtude,

A rir-se de honra,

A ter vergonha de ser honesto.

RUI BARBOSA

## **RESUMO**

A Auditoria Interna é uma função de verificação e avaliação, estabelecida para examinar internamente as atividades de uma empresa, como ferramenta de gestão no processo de decisão. É um exame cuidadoso e sistemático das atividades desenvolvidas em, cujo objetivo é averiguar se elas estão de acordo com as disposições planejadas, se foram implementadas com eficácia e se estão adequadas aos objetivos. É uma ferramenta importante de gestão, compreendendo seu alcance a todas as partes integrantes da empresa, quer dizer: que tal avaliação incluirá as atividades técnicas, comerciais, financeiras, contábeis e de sistemas de informação e gestão. Por isso, a problemática em questão trata-se dos riscos inerentes aos negócios: financeiros, qualidade produto ou serviços, informações confiáveis etc. enfrentados por todas as organizações, independente de seu tamanho, natureza ou estrutura, o que pode levar a impossibilidade de sobrevivência. Assim, com a utilização dos procedimentos da Auditoria Interna é possível acabar ou reduzir a zero esses riscos?, por isso, este trabalho tem como objetivo, demonstrar a importância da Auditoria Interna, através do acompanhamento da execução dos procedimentos dos controles internos, no processo de Gestão. Está dividido em quatro capítulos: O primeiro trata-se da definição de auditoria interna, sua origem, objetivos e finalidade; O segundo descreve a auditoria interna, evolução, missão, atribuições e sua importância. O terceiro traz comentado sobre Controle Interno, definição, importância, objetivos e seus princípios fundamentais, e o quarto e último capítulo descreve os tipos de riscos de auditoria, bem como a Gestão de risco de uma empresa.

**PALAVRAS-CHAVE:** Auditoria, Procedimentos, Controle, Riscos

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>09</b>
<b>1 AUDITORIA.....</b>	<b>12</b>
1.1 CONCEITO .....	12
1.2 APLICAÇÃO DA AUDITORIA.....	13
1.3 ORIGEM E PROPRIEDADE DO TERMO AUDITORIA.....	13
1.4 OBJETIVOS E FINS DA AUDITORIA.....	14
1.5 ORIGEM DA AUDITORIA NO EXTERIOR E NO BRASIL.....	15
1.6 CAUSAS DO SURGIMENTO DA AUDITORIA .....	17
<b>2 AUDITORIA INTERNA.....</b>	<b>18</b>
2.1 CONCEITO.....	18
2.2 ORIGEM DA AUDITORIA INTERNA.....	19
2.3 MISSÃO BÁSICA.....	21
2.4 ATRIBUIÇÕES.....	22
2.5 POSICIONAMENTO HIERARQUICO DA AUDITORIA INTERNA.....	24
2.6 IMPORTÂNCIA DA AUDITORIA INTERNA PARA A ORGANIZAÇÃO .....	25
<b>3 CONTROLE INTERNO.....</b>	<b>26</b>
3.1 INTRODUÇÃO.....	26
3.2 DEFINIÇÃO.....	27
3.3 PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS.....	28
3.3.1 RESPONSABILIDADE.....	28
3.3.2 ROTINAS INTERNAS.....	29
3.3.3 ACESSO AOS ATIVOS.....	30
3.3.4 SEGREGAÇÃO DE FUNÇÕES.....	31
3.3.5 - CONFRONTO DOS ATIVOS COM OS REGISTROS.....	31
3.3.6 – AMARRAÇÕES DO SISTEMA.....	32



<b>3.3.7 AUDITORIA INTERNA.....</b>	<b>33</b>
<b>3.3.8 CUSTOS DO CONTROLE X BENEFICIOS.....</b>	<b>33</b>
<b>3.3.9 LIMITAÇÕES DO CONTROLE INTERNO.....</b>	<b>33</b>
<b>3.4 IMPORTANCIA DO CONTROLE INTERNO.....</b>	<b>34</b>
<b>3.5 ELEMENTOS DO CONTROLE INTERNO.....</b>	<b>34</b>
<b>3.6 OBJETIVOS DO CONTROLE INTERNO.....</b>	<b>36</b>
<b>3.7 O QUE É OBTIDO COM O CONTROLE INTERNO.....</b>	<b>36</b>
<b>4 RISCOS.....</b>	<b>37</b>
<b>4.1-RISCOS DE AUDITORIA.....</b>	<b>37</b>
<b>4.1.2 IDENTIFICAÇÃO E ANÁLISE DO RISCO.....</b>	<b>37</b>
<b>4.1.3 COMPONENTES DO RISCO DE AUDITORIA.....</b>	<b>39</b>
<b>4.1.3.1 RISCO INERENTE.....</b>	<b>39</b>
<b>4.1.3.2 RISCO DE CONTROLE.....</b>	<b>40</b>
<b>4.1.3.3 RISCO DE DETECÇÃO.....</b>	<b>40</b>
<b>4.2 GESTAO DE RISCOS.....</b>	<b>41</b>
<b>4.2.1 O RISCO E OS OBJETIVOS DA ORGANIZAÇÃO.....</b>	<b>41</b>
<b>4.2.2 O IMPACTO DOS RISCOS NA ORGANIZAÇÃO.....</b>	<b>42</b>
<b>4.2.3 TRATAMENTO DAS MUDANÇAS.....</b>	<b>42</b>

## INTRODUÇÃO

A Auditoria Interna vem se tornando nos dias atuais um instrumento importante no controle que o mundo financeiro e dos negócios exige, sobretudo no momento em que vivemos a execução dos trabalhos em conformidade com as normas internacionais. Isso se torna necessário para o fortalecimento do mercado de capitais que as empresas possam ser, mas transparentes e que cumpram o seu papel levando ao princípio da continuidade. É uma função independente de avaliação, estabelecida para avaliar e examinar internamente as atividades de uma empresa, de forma a dar suporte integrado aos demais setores.

A Auditoria Interna é uma ferramenta no processo de Gestão, que se desenvolve por um exame cuidadoso e sistemático das atividades desenvolvidas em determinada empresa ou setor, cujo objetivo é averiguar se elas estão de acordo com as disposições planejadas e/ou estabelecidas previamente, se foram implementadas com eficácia e se estão adequadas aos objetivos propostos. Assim, pela seu papel consiste em apoiar aos membros da empresa no desempenho de suas atividades, proporcionando análise, avaliações, recomendações, informação das atividades acompanhadas etc. Oferece um serviço de apoio que consiste em avaliar o cumprimento dos objetivos, políticas e normas estabelecidas pela Alta Administração da empresa. Também é responsável pela avaliação e funcionamento de todos os controles internos e pela adequação de todos os controles normais de operação que se oferece, acerca das deficiências detectadas em suas observações, a efeitos de assegurar que se possam atingir os objetivos da empresa. Portanto, é responsável da revisão independente do processo de gestão ou direção, compreendendo seu alcance a todas as partes integrantes da empresa, quer dizer: que tal avaliação incluirá as atividades técnicas, comerciais, financeiras, contábeis e de sistemas de informação e gestão.

A problemática em questão trata-se dos riscos inerentes aos negócios: financeiros, qualidade produto ou serviços, informações confiáveis etc. enfrentados por todas as organizações, independente de seu tamanho, natureza ou estrutura, o que pode levar a impossibilidade de sobrevivência. Assim, com a utilização dos procedimentos da Auditoria Interna é possível acabar ou reduzir a zero esses riscos?

Este trabalho tem como objetivo, demonstrar a importância da Auditoria Interna, através do acompanhamento da execução dos procedimentos dos controles internos, no processo de Gestão.

Justifica-se o tema do trabalho de pesquisa, da Auditoria Interna, atualmente, ser vista como um instrumento de controle administrativo, que se destaca como ponto de convergência de todos os efeitos, fatos e informações originados dos diversos segmentos de uma empresa, proporcionando uma “Solução Integrada para Gestão”. Qualquer Gestor gostaria de saber, em alguma circunstância, se as informações sobre os recursos gerados e aplicados, o resultado operacional, as informações do seu controle interno, refletem a atual situação da empresa ou se estão atendendo aos objetivos e metas planejadas. Nesse espaço, a auditoria mostra sua importância. Valendo-se de normas e padrões de natureza técnica e ética claramente determinados, a auditoria torna-se elemento fundamental no sistema de informação, não substituindo a função do administrador, mas acrescentando à estrutura administrativa.

O trabalho de pesquisa concentra na importância que a auditoria interna exerce junto à contabilidade a qual, gera proteção e controle de patrimônio das empresas, através da obtenção de confirmação dos dados das informações contábeis, originários do controle interno da empresa, que são verificados de modo a constatar falhas, fraudes ocorridas ou não, e até mesmo a eficácia desses dados, e delimita-se quanto ao importante papel da auditoria como forma de obtenção de credibilidade das informações , minimizando riscos para Gestores.

Para entendimento ao desenvolvimento dessa pesquisa, necessita de metodologia, que é um conhecimento científico, de suma importância, reconhecido pela capacidade de analisar, explicar e justificar os métodos utilizados para execução de pesquisa das diferentes formas, afim de atingir objetivos e metas pré-estabelecidas.

A escolha do tema abordado neste projeto de pesquisa, não foi aleatório, e sim, motivado por interesse em conhecer o assunto em questão problematizado, haja vista a grande quantidade de empresas em processo de descontinuidade, e outras adotando investimento em Auditoria Interna.

O desenvolvimento do trabalho, foi escolhido a pesquisa **Bibliográfica**, através de leitura de livros de diferentes autores de renome no estudo da Auditoria, revistas, jornais, pesquisas em sites de Institutos Reguladores de Auditores. Assim surgiu o conteúdo desenvolvimento da pesquisa.

Para melhor entendimento do papel da Auditoria Interna numa organização, o trabalho de pesquisa está dividido em quatro capítulos:

O primeiro trata-se da definição de auditoria interna, sua origem, objetivos e finalidade;

O segundo descreve a auditoria interna, evolução, missão, atribuições e sua importância.

O terceiro traz comentado sobre Controle Interno, definição, importância, objetivos e seus princípios fundamentais.

O quarto e último capítulo descreve os tipos de riscos de auditoria, bem como a Gestão de risco de uma empresa.

# 1 AUDITORIA

## 1.1 CONCEITO

A auditoria é a técnica contábil usada para avaliar as informações contidas na Contabilidade de uma entidade. Assim, ela é indispensável para que a Contabilidade atinja a sua finalidade. Segundo os autores Franco e Marra (2001, p.28).

A auditoria compreende o exame de documentos, livros e registros, inspeções e obtenção de informações e confirmações internas e externas, relacionados com o controle de patrimônio, objetivando mensurar a exatidão desses registros e das demonstrações contábeis deles decorrentes. Os exames são efetuados de acordo com as normas de auditoria usualmente aceitas e incluem os procedimentos que os auditores julgarem necessários, em cada circunstância, para obter elementos de convicção, com o objetivo de comprovar se os registros contábeis foram executados de acordo com princípios fundamentais e normas de contabilidade e se as demonstrações contábeis deles decorrente refletem adequadamente a situação econômico-financeira do patrimônio, os resultados do período administrativo e outras situações nelas demonstradas.

A auditoria segue o desenvolvimento das operações contábeis, desde o início até o final do balanço patrimonial. Portanto, ela é o exame dos livros, contas, comprovantes e outros registros financeiros de uma organização, com a finalidade de determinar a integridade do sistema de controle interno contábil, das demonstrações financeiras, bem como o resultado das operações, e assessorar a companhia no aprimoramento dos controles internos, contábil e administrativo.

Visando a apresentar opiniões, conclusões, críticas e orientações sobre situações patrimoniais, pública ou privada, quer ocorrido, quer por ocorrer ou prospectados e diagnosticados. Com a veracidade das informações e demonstrações contábeis, ira beneficiar não somente os órgãos administrativos do patrimônio, mas também tudo que esta em sua volta, como exemplo os interesses de terceiros a ele vinculado, os investidores (titulares do patrimônio), financiadores e fornecedores (credores do patrimônio); o fisco (que participa nas operações e nos resultados da atividade patrimonial) e até mesmo os colaboradores que participam da atividade e se beneficiam de varias maneiras.

## 1.2 APLICAÇÃO DA AUDITORIA

A auditoria parte da Contabilidade, ela constitui uma parte dela, ou seja, constituída por ela utilizada para confirmar a veracidade das informações e dos registros contábeis que é o seu principal objetivo para chegar-se, o que realmente deseja. Pode-se definir auditoria como: Segundo os autores Franco e Marra (2001, p.28).

A técnica contábil que - através de procedimentos específicos que lhe são peculiares, aplicados no exame de registros e documentos, inspeções, a na obtenção de informações e confirmações, relacionados com o controle do patrimônio de uma entidade – objetiva obter elementos de convicção que permitam julgar se os registros contábeis foram efetuados de acordo com princípios fundamentais e normas de Contabilidade e se as demonstrações contábeis deles decorrente refletem adequadamente a situação econômica-financeira do patrimônio, os resultados do período administrados examinado e as demais situações nela demonstradas.

Portanto, a auditoria tem total acesso aos documentos e processamentos para apurar a veracidade dos registros, ela não se limita aquilo que está registrado em livros, mas também a apuração de registros que foram omitidos. E se for necessário ela irá recorrer as provas extra contábeis, até mesmo se for o caso realizará o seu trabalho fora da empresa. Seu objetivo é identificação da ausência de lançamentos e registros contábeis que deveriam ter sido lançados, ela é uma prova que inexistente exatidão nas demonstrações contábeis.

## 1.3 ORIGEM E PROPRIEDADE DO TERMO AUDITORIA

Segundo os autores Franco e Marra (2001, p. 29).

AUDITOR, s.m., o que ouve, ouvinte. Funcionário instituído nas leis, que tem a seu cargo informa um tribunal ou repartições sobre a legalidade dos atos, ou sobre a interpretação das leis e sua aplicação aos casos presentes: ouvidor. Juiz de Direito agregado aos tribunais de Justiça militar. Auditor da marinha ou da armada, juiz de direito agregado aos tribunais marítimos ou da armada. Auditor da legacia ou da nunciatura, assessor de núncio que conhece das causas eclesiásticas, que vêm por apelação dos ordinários e metropolitanos ao tribunal da nunciatura. Auditor da Rota, um dos doze prelados que, no tribunal romano chamado Rota, têm jurisdição para conhecer em apelação das causas eclesiásticas de todo mundo católico. (Bras.) Perito-contador enc carregado de examinar contas. (O grifo é nosso) F.lat. Auditor.

Geralmente é muito visto que os brasileiros usam a palavra auditor para designar perito-contador e os profissionais de contabilidade para designar a auditoria como se fosse um ramo de contabilidade.

Porém, a palavra auditoria vem de *audire* (que significa ouvir). Foi ampliado pelos ingleses para determinar *auditing* para determinar a tecnologia contábil da revisão.

A auditoria surgiu para controlar o patrimônio das empresas mediante os registros, preparação das demonstrações e interpretação dos fatos ocorridos, com a finalidade de fornecer informações sobre a gestão patrimonial.

De acordo com a pesquisa notar-se que não há nenhuma referência de, quando ele fala sobre o termo “auditor” para designar o “perito-contador” encarregado sobre um caso litigioso, envolvendo duas partes, enquanto que o auditor desenvolve seu trabalho para uma entidade privada ou pública que o contrata para apreciar e emitir parecer sobre controles internos ou demonstrações financeiras.

O mais formidável e consistente uso do termo auditoria é aquele em que ele é visto como um processo integrativo fundamental, inquirindo a obtenção de resultados específicos.

#### **1.4 OBJETIVOS E FINS DA AUDITORIA**

A auditoria é o conjunto de elementos necessários para se chegar ao controle de patrimônio administrado, onde engloba todo o processo para chegar a veracidade dos registros contábeis. Segundo os autores Franco e Marra (2001, p.31).

O objeto da auditoria é o conjunto de todos os elementos de controle do patrimônio administrado, os quais compreendem registros contábeis, papéis, documentos, fichas, arquivos e anotações que comprovem a veracidade dos registros e a legitimidade dos atos da administração, bem como sua sinceridade na defesa dos interesses patrimoniais. A auditoria pode ter por objeto, inclusive, fatos não registrados documentalmente, mas relatados por aqueles que exercem atividades relacionadas com o patrimônio administrado, cuja informação mereça confiança, desde que tais informações possam ser admitidas como seguras pela evidência ou por indícios convincentes.

Com esse objeto auditoria exercer sua ação preventiva, saneadora e moralizadora, para confirmar a veracidade dos registros e a confiabilidade dos comprovantes, com o fim de opinar sobre a adequação das situações e informações contidas nas demonstrações contábeis, na salvaguarda dos direitos dos proprietários, dos financiadores do patrimônio, do próprio fisco e, até da sociedade em geral.

A auditoria dá credibilidade às demonstrações contábeis e às informações nelas contidas. Portanto, dando aos seus usuários confiabilidade e credibilidade, pois as informações nelas contidas são de extrema importância para que as entidades em mundo em geral para que as mesma atendam as exigências do mundo globalizados, além do controle que é feito em seu patrimônio e seus registros contábeis, fazendo uma eficácia mudança com à descoberta de fraudes, erros e irregularidades que são descobertos através de seus procedimentos que são próprios.

Todas as entidades visão uma perfeita organização, para atender as exigências do mundo globalizado e prevalecer no mercado, por isso que auditoria ela demonstra como as organizações buscam a eficácia e um bom relacionamento com a demanda.

## **1.5 ORIGEM DA AUDITORIA NO EXTERIOR E NO BRASIL**

A história da auditoria é engraçada ela se perdeu no decorrer do tempo, e o nome do primeiro auditor talvez permaneça para sempre ignorado, não há um conceito confiável da origem da auditoria. Segundo o autor Jund (2002, p. 4):

Provavelmente, pode ter sido um proficiente guarda-livros, a serviço de mercador italiano do século XV ou XVI que, pela reputação de sua sabedoria e conhecimento técnico, passou a ser consultado por outros sobre a escrituração de suas transformações. Supõe-se que a auditoria se estabeleceu como profissão distinta da atividade contábil para um único usuário, no momento em que o especialista em escrituração deixou de praticá-la para prestar assessoria aos demais especialistas e mercadores, transformando-se em consultor público liberal.

Diante dos fatos podemos constatar que a auditoria ela apareceu na Inglaterra, quando ocorreu a Revolução Industrial por volta do século XVII, a procura



de capital e a expansão das atividades, naturalmente, criaram problemas contábeis mais complexos, mudou o eixo do desenvolvimento prático dessa disciplina para aquele país, surgiu a necessidade de confirmação dos por parte dos investidores e proprietários, portanto com o respectivo aumento de volume de atividades empresariais e nos sistemas contábeis. Devido esse fato as análises de auditoria, que antes eram bastante minuciosas, se tornaram proibitivos, devido a seu elevado custo.

Portanto, o objetivo de detectarem-se erros e falhas poderia ser atingido mais efetivamente através de um sistema de controle interno que as entidades poderiam esta implantando em sua organização. Sendo assim, a função do auditor mudou, hoje ele não visava apenas busca de erros e sim a sua confirmação, para o exame do sistema e testes de evidências, de modo que se pudesse emitir um parecer sobre a fidedignidade de todas as demonstrações financeiras, assim, uma classe importante e em crescimento, que passou a exigir relatórios sobre a integridade de seu investimento e dos resultados econômicos de sua entidade.

No Brasil, não existem divulgações de pesquisas sobre as origens da auditoria, sendo somente certo que teve origem inglesa. Segundo Jund (2004, p. 5):

Apesar de formalmente organizada em 26 de março de 1957, quando formado o Instituto de Contadores Público no Brasil, em São Paulo, a auditoria foi oficialmente reconhecida apenas em 1968, por ato do Banco Central do Brasil. O fortalecimento da atividade, todavia, ocorreu em 1972, por regulamentações do Banco Central do Brasil, conselho Federal de contabilidade e Instituto dos Auditores Independentes.

Com a abertura do Mercado de capitais e ao desenvolvimento da economia, com a entrada de grandes multinacionais a Auditoria passou a ser exigida, executada e aplicada pela matriz daquelas empresas em relação a suas filiais aqui no Brasil.

No Brasil a auditoria chegou quando as empresas multinacionais foram chegando. Inúmeras empresas decidiram investir em capitais no país, expandido os negócios. As firmas de Auditoria foram abrindo aqui no Brasil devido as empresa que chegaram, e daí então divulgando técnicas e mostrando a importância da auditoria dentro das entidades.

O poder público também foi fundamental para participação na difusão da Auditoria no Brasil através das diversas leis que obrigaram a execução da Auditoria

e da figura do Auditor Independente. Tendo-se como exemplo a lei a de nº 4.728 de 14 de julho de 1965, do mercado de capitais.

No decorrer foram surgindo várias disposições legais estabelecendo a auditoria, para segmentos da economia e instituição a estes ligados, além de leis, decretos, resoluções do Banco Central, onde tem obrigatoriedade da auditoria em sociedades de economia mista, sociedades anônimas e etc.

Iniciou-se o processo entre Auditoria e Contabilidade, com surgimento das auditorias operacional e de gestão e o conseqüente de outros tipos de auditoria, passando a requerer conhecimentos multidisciplinares e, profissionais de diversas formações acadêmicas. Os auditores tinham as entidades como um todo, para atender necessidades de melhoria. No Brasil desenvolvimento da técnica aconteceu principalmente, através do acompanhamento e influência do poder público e dos organismos de classe.

## **1.6 CAUSAS DO SURGIMENTO DA AUDITORIA**

O surgimento da Auditoria está ligado diretamente à Contabilidade. A contabilidade surgiu para controlar o patrimônio das empresas mediante os registros, preparação das demonstrações e interpretação dos fatos ocorridos, com a finalidade de fornecer informações sobre a gestão patrimonial. E a auditoria é a confirmação dos registros contábeis e opina sobre a adequação deste processo. Segundo os autores Franco e Marra 2001 p. 37.

A auditoria surgiu como conseqüência da necessidade de confirmação dos registros contábeis, em virtude do aparecimento das grandes empresas e da taxaço do imposto de renda, baseado nos resultados apurados em balanço. Sua evolução ocorreu paralelamente ao desenvolvimento econômico, que gerou as grandes empresas, formadas por capitais de muitas pessoas, que têm na confirmação dos registros contábeis a proteção ao seu patrimônio.

A Inglaterra por ser o país dominador dos mares e controladora do comércio mundial, por volta do ano de 1314, evidenciou-se esta prática e o uso, pela primeira vez, do termo auditor para designar aquele que realizava o exame de contas públicas e que servia como testemunha para levar à punição, os possíveis infratores.

O trabalho de auditoria tornou-se praticamente obrigatório pelo no mundo todo.

## **2 AUDITORIA INTERNA**

### **2.1 CONCEITO**

Auditoria interna é definida como uma técnica de controle de gestão que, mediante a análise, verificação e avaliação independente das atividades da empresa, e da eficácia e conformidade do funcionamento das demais técnicas de controle, tem em vista auxiliar os gestores e os demais serviços no desempenho das suas funções e responsabilidades.

Assim, cabe ao Auditor Interno assegurar o cumprimento dos objetivos da Administração pelo que, neste contexto, deve exercer as suas funções de forma independente dos serviços que audita.

O objetivo da auditoria interna, é beneficiar a empresa com um melhor controle de seu patrimônio, procurando reduzir a ineficiência, negligência, incapacidade etc. Com essa ferramenta de controle administrativo a empresa se beneficiara dos diagnósticos, quanto à obediência as normas e procedimentos internos, possíveis áreas de risco, possibilitando a administração tomar as decisões necessárias. Portanto essa ferramenta tão preciosa que é a auditoria interna proporciona maior segurança ao funcionamento correto das operações

Segundo Jund, Sergio (2003 p. 26):

Auditoria interna é uma atividade de avaliação independente e de assessoramento da administração, voltada para o exame e avaliação da adequação, eficiência dos sistemas de controle, bem como da qualidade do desempenho das áreas, em relação as atribuições e aos planos ,as metas ,aos objetivos e as políticas para as mesmas.A auditoria interna com esta denominação específica é uma atividade relativamente nova. A partir de 1940, é que a auditoria interna começou a difundir-se. Com o desenvolvimento da atividade e o seu reconhecimento, o auditor vem conseguindo firma-se como um elemento indispensável dentro da estrutura organizacional. O conceito tradicional do auditor interno esta sendo há muito modificado pelas novas concepções de gestão empresarial, que vem na auditoria interna um importante aliado para a revisão das operações desenvolvidas pelas áreas operacionais e de apoio, além de, com base no exame minucioso das rotinas e procedimento internos, avaliar a eficiência e eficácia do funcionamento dos sistemas de controle interno da empresa. O momento não é mais só de procurar erros, apontar culpados e também do

posicionamento do tipo “não pode ser feito” ou “está errado”. A necessidade, cada vez mais crescente, exige do auditor interno participação na estratégia da empresa, opinando com alternativas factíveis para o atendimento do cliente, se eles existirem. Uma máxima a esse respeito estabelece que “a auditoria interna tem que ser parte da solução e não mais parte do problema”

O auditor interno, cada vez mais, tem que se profissionalizar, tem que se tornar um profissional de mercado, como qualquer outro o é. Para tanto, tem que se dedicar mais na sua formação como profissional da área. Em outras palavras, ele tem de ser um técnico em sua área de competência, de forma a estar preparado para auditar qualquer atividade econômica ou empresarial. O conhecimento de ferramentas e técnicas de auditoria o coloca apto para disputar o mercado. Esse fato ficou por um longo tempo adormecido no âmbito das empresas, o que dificultava a sua absorção como mão-de-obra especializada.

## **2.2 ORIGEM DA AUDITORIA INTERNA**

Sendo a auditoria de grande importância para a sociedade, ela surge da necessidade de confirmação dos registros contábeis, com o aparecimento das grandes empresas e com a evolução do sistema capitalista.

De acordo com Almeida (2003) antigamente as empresas eram fechadas e pertenciam a grupos familiares. Com a evolução do capitalismo e expansão do mercado e o acirramento da concorrência, as empresas tiveram que investir em tecnologia e aprimorar os controles e procedimentos internos, com o interesse de reduzir custo e tornar a empresa mais competitiva. Só que para realizar toda essa mudança, não seria possível obter por meio das operações lucrativas da entidade nem tão pouco do patrimônio dos seus proprietários. A solução para aumentar suas instalações fabris e administrativas e tornar a empresa mais competitiva, era necessário captar recursos de terceiros. Para que terceiros disponibilizassem recursos, exigiam que as demonstrações financeiras da entidade fossem analisadas por profissionais que não tivesse ligação com a mesma, ou seja, alguém independente. Surge então a “figura” do auditor, profissional responsável em analisar as contas e emitir uma opinião.

A evolução da auditoria no Brasil, esta relacionada com o aparecimento das empresas internacionais de auditoria independente que se instalaram em nosso país.

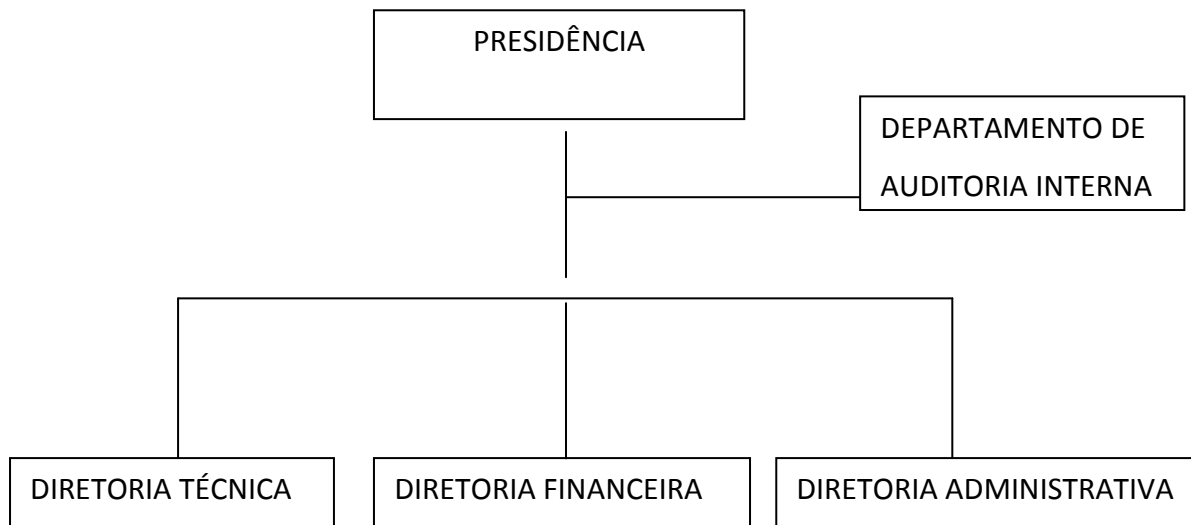
Segundo Almeida, Marcelo Cavalcanti (2003 P. 29,30)

A administração da empresa, com a expansão dos negócios, sentiu a necessidade de dar maior ênfase às normas ou aos procedimentos internos, devido ao fato de que o administrador, ou em alguns casos o proprietário da empresa, não poderia supervisionar pessoalmente todas as suas atividades. Entretanto, de nada valia a implantação desses procedimentos internos sem que houvesse um acompanhamento, no sentido de verificar se estes estavam sendo seguidos pelos empregados da empresa.

Adicionalmente, o auditor externo ou independente, além de sua opinião ou parecer sobre as demonstrações contábeis, passou a emitir um relatório-comentário, no qual apresentava sugestões para solucionar os problemas da empresa, que chegaram a seu conhecimento no curso normal de seu trabalho de auditoria. Entretanto, o auditor externo passava um período de tempo muito curto na empresa e seu trabalho estava totalmente direcionado para o exame das demonstrações contábeis. Para entender a administração da empresa, seria necessária uma auditoria mais periódica, com maior grau de profundidade e visando também às outras áreas mais periódicas, com maior grau de profundidade (sistema de controle de qualidade, administração de pessoal etc.).

Portanto, surgiu o auditor interno como uma ramificação da profissão de auditor externo e, conseqüentemente, do contador. O auditor interno é um empregado da empresa, e dentro de uma organização ele não deve estar subordinado àqueles cujo trabalho examina. Além disso, o auditor interno não deve desenvolver atividades que ele possa vir um dia a examinar (como por exemplo, elaborar lançamentos contábeis), para que não interfira em sua independência.

De acordo com Almeida, Marcelo Cavalcanti (2003 P. 29,30) A título de exemplo, em uma estrutura organizacional, o Departamento de Auditoria ficaria situada, da seguinte forma:



No que concernem as principais influências que contribuíram para o desenvolvimento da auditoria em nosso país foram:

- Filiais e subsidiária de firmas estrangeiras;
- Financiamento de empresas brasileiras através de entidades internacionais;
- Crescimento das empresas brasileiras e necessidade de descentralização e diversificação de suas atividades econômicas;
- Evolução do mercado de capitais;
- Criação das normas de auditoria promulgadas pelo Banco Central do Brasil em 1972;
- Criação da Comissão de Valores Mobiliários e da Lei das Sociedades Anônimas em 1976.

### **2.3 MISSÃO BÁSICA**

No desempenho de suas funções a auditoria interna tem por missão básica assessorar a Administração através:

- adequação e eficácia dos controles;
- integridade e confiabilidade das informações e registro;

-integridade e confiabilidade dos sistemas estabelecidos para assegurar a observação de políticas, metas, planos, procedimentos, leis, normas e regulamentos e sua efetiva utilização.

-eficiência, eficácia e economicidade do desempenho e da utilização dos recursos; dos procedimentos e métodos para salvaguarda dos ativos e a comprovação de sua existência, assim como a exatidão dos ativos e passivos;

-compatibilidade das operações e programas como os objetivos, planos e meios de execução estabelecidos.

-enfim, assessorar e aconselhar a direção, em todos os níveis, fazendo recomendações sobre diretrizes, planos, sistemas, procedimentos, operações, transações etc. visando, entre outros resultados:

-simplificar procedimentos e a eficiência das áreas;

-melhorar a execução e a eficiência das áreas;

-corrigir problemas organizacionais, funcionais ou operacionais;

-aperfeiçoar a aplicação da legislação fiscal e seus custos;

-melhorar a qualidade e velocidade de informações para a tomada de decisões gerenciais.

## **2.4 ATRIBUIÇÕES**

A Auditoria Interna possui como propósito operacional auxiliar todos os membros da Gestão no desempenho de suas funções e responsabilidades, de forma tal que os oriente para os seus êxitos gerenciais, atuando nos distintos e diversos setores da organização propiciando-lhes uma visão completa e abrangente sobre as diversas operações que possam estar submetidas a exames. A auditoria interna deve, portanto, possuir autoridade necessária para revisar todos os registros e documentos da empresa bem como avaliar as suas políticas, planos, sistemas, procedimentos e técnicas. Desta forma, as funções da auditoria interna devem estar voltadas para sugerir aos gestores, soluções para os problemas detectados, ao invés de somente informar sobre a existência destes. No tocante às suas responsabilidades, deve a auditoria gozar de independência em relação às atividades que examina, de forma a possibilitar o desempenho das suas funções de maneira livre e objetivamente.

Segundo JUND Sergio (2003 P. 28,29) são atribuições da auditoria interna, dentre outras, as seguintes:

a) Avaliar:

-os componentes significativos das demonstrações financeiras;

-os procedimentos adotados para apuração, pagamento e recuperação de tributos, nos casos previstos em leis e regulamentos;

-a integridade e confiabilidade das informações e registros contábeis, operacionais e sistêmicos;

-as normas, procedimentos (contábeis, operacionais, administrativos e informatizados), controles internos e estruturas organizacionais quanto a aspectos de eficiência, efetividade, qualidade e segurança, inclusive, prevenindo ou revelando erros e fraudes.

-as atividades, operacionais e programas, para verificar se os resultados são compatíveis com os objetivos e os meios estabelecidos, e se estão sendo executados de acordo com o planejamento.

b) prestar apoio ao conselho fiscal e ao conselho da empresa e quando solicitado, aos órgãos equivalentes existentes nas empresas integrantes do sistema ou do grupo empresarial, assim como às auditorias realizadas por terceiros;

c) acompanhar o cumprimento de recomendações decorrentes de trabalhos de auditoria interna e externa e a correção de problemas de caráter organizacional, estrutura, operacional e sistêmico sugeridos.

d) elaborar o plano anual de auditoria e o relatório das atividades de auditoria e de seus resultados.

Deve tornar-se responsável pela exatidão das análises, apreciações, avaliações e informações que transmitir à gestão sobre as atividades então examinadas como também pelas declarações de opiniões que expressar sobre o controle interno e o grau de exatidão, adequação e eficiência do desempenho da Empresa, nas áreas especificamente por ela examinadas. A responsabilidade da auditoria interna deve estar determinada pelas diretrizes administrativas da empresa e diretamente proporcional ao grau de independência com o qual atua. Destaca-se, portanto, a necessidade de se fazer aprofundamentos conceituais sobre a observância às normas, por ocasião do desenvolvimento dos trabalhos de auditoria.



## 2.5 POSICIONAMENTO HIERARQUICO DA AUDITORIA INTERNA

É comum confundir as atividades da auditoria interna com as exercidas pela controladoria. O auditor interno está subordinado ao diretor ou gerente da controladoria. Para o pleno exercício de suas funções o auditor interno deve exercer um cargo de nível pelo menos equivalente aos dos demais gerentes. Seu posicionamento ideal seria a subordinação ao alto comando da empresa, de preferência ao presidente ou ao conselho de administração. Em relação à organização do departamento, um ponto de maior relevância é a autonomia e independência com que conta o departamento de Auditoria Interna da empresa. Nesse sentido, o nível ao qual o departamento se reporta pode desde logo indicar o grau de independência e autonomia dos auditores internos.

Para que esta autonomia e independência possam ser consideradas adequadas, torna-se necessário que a auditoria interna se reporte ao conselho da Direção ou a Diretoria Máxima da empresa, de modo a poder realmente escapar das ingerências e pressões, bem como manter a liberdade de agir sobre todas as áreas da organização, sem restrições. Por outro lado, uma subordinação a grau menor pode criar situações, impossibilitando a execução de seus trabalhos de forma independente. Seria útil, entretanto, lembrar que o mero posicionamento hierárquico, diretamente sob a direção maior da empresa, não é em si, apenas, uma adequada resposta à existência de independência e autonomia através do suporte da direção.

A extensão em que esse suporte de fato existe somente pode ser apurada da discussão franca com a direção de modo a verificar em que grau a direção considera sua auditoria interna realmente autorizada a examinar vertical e horizontalmente a ações empresariais. Isso significa que ninguém na empresa teria o poder de vetar a ação da auditoria interna em qualquer setor da empresa, nem, por outro lado obstruir sua ação por desconhecimento de sua abrangência. Não se pode esquecer ao final que o auditor interno é totalmente independente em relação à organização em que trabalha. Essa maior independência é, portanto vital para que seu trabalho possa ser realizado com sucesso.

## 2.6 IMPORTÂNCIA DA AUDITORIA INTERNA PARA A ORGANIZAÇÃO.

A auditoria surgiu então da necessidade de confirmação por parte dos investidores e proprietários, dos valores retratados no patrimônio das empresas que possuíam ou as que pretendiam realizar seus investimentos, principalmente com o grande crescimento econômico-financeiro e com o aparecimento das grandes empresas que são representadas em vários países.

Dessa especialização surgiu uma ramificação que foi chamada de auditoria interna. A auditoria interna é a tarefa designada a avaliar de forma independente, dentro de uma entidade, os controles contábeis, financeiros e de outros tipos, no sentido de auxiliar a administração.

Devido às empresas sempre buscarem o constante crescimento e a diversificação de suas atividades econômicas, realizando assim o crescimento de sua produção e conseqüentemente o número de seus funcionários assim como em todas as suas funções administrativas, ficou complicado um número reduzido de pessoas realizarem a sua administração.

Então o objetivo da auditoria interna é auxiliar a alta administração a desenvolver adequadamente suas atribuições, desenvolvendo-lhes análises, recomendações e comentários objetivos, referente às atividades que foram examinadas.

Para a aceitação da auditoria interna, é necessário que a organização tenha criado uma política interna que introduza a auditoria como fonte de informação, que auxilie os administradores nos setores aos quais são responsáveis. Sendo assim, a organização tem que autorizar a auditoria interna á:

- **Acesso irrestrito:** dar amplo, geral e irrestrito acesso ao profissional de auditoria interna a todos os departamentos, setores, seções, pessoas e funções;
- **Exames regulares:** por a auditoria interna examinar todos os departamentos e pessoas da empresa, não o pode, realizar tudo de uma só vez, mas sim em períodos regulares de tempo;
- **Reporte oportuno:** a auditoria interna tem que se reportar as pessoas que lhe foram indicadas na política interna da empresa sobre suas descobertas e

sugerir as devidas recomendações para que se possam tomar as devidas ações corretivas;

- **Correções apropriadas:** o resultado dos exames da auditoria interna devem ser corrigidos de forma adequada pelas pessoas com autoridade para isso, e a auditoria interna tem que averiguar estas correções para saber se sanaram de forma eficiente as imperfeições apontadas, caso contrário deverá discutir até alcançar uma disposição satisfatória.

#### Segundo LUIZ (P.84)

Não adianta a empresa implantar um excelente sistema de controle interno sem que alguém verifique periodicamente se os funcionários estão cumprindo o que foi determinado no sistema, ou se o sistema não deveria ser adaptado às novas circunstâncias.

Consiste também para verificação geral – até onde possível – das contas de uma empresa, para determinar sua posição financeira, o resultado de suas operações e a probidade de seus administradores, com o fim de comunicar o resultado do exame aos proprietários, acionistas, gerentes, conselheiros, bolsas e outros órgãos oficiais, síndicos atuais ou prováveis arrendatários, futuros interventores ou compradores, juntas de credores, agências mercantis, hipotecários ou quaisquer outros interessados.

Para determinar se houve prestação justa de contas de um patrimônio e se os negócios foram convenientemente administrados, para satisfação do público, aos doadores, etc., como no caso de entidades públicas, beneficentes, religiosas ou educacionais.

Para fixar os lucros ou prejuízos de um negócio, para comunicação aos interessados. Para determinar custos, inventários, perdas por sinistros e demais casos especiais. Para descobrir fraudes. Para averiguar a dimensão da fraude descoberta. Para impedir fraudes.

## 3 CONTROLE INTERNO

### 3.1 INTRODUÇÃO

Segundo Marcelo Cavalcanti Almeida, pg.62 e 63.

As normas de auditoria geralmente aceitas, referentes ao trabalho no campo, estabelecem que o auditor deve avaliar o sistema de controle interno da empresa auditada, a fim de determinar a natureza, época e extensão dos procedimentos de auditoria

O auditor independente executa os seguintes passos na avaliação do controle interno:

- levanta o sistema de controle interno;
- verifica se o sistema levantado é o que está sendo seguido na prática;
- avalia a possibilidade de o sistema revelar de imediato erros e irregularidades;
- determina tipo, data e volume dos procedimentos de auditoria.

O auditor está interessado em valores significativos, referentes a erros ou irregularidades, que afetam as demonstrações financeiras podendo conduzir os leitores a terem um entendimento errôneo sobre estas demonstrações. Um bom sistema de controle funciona como uma "peneira" na detecção desses erros ou irregularidades. Portanto, o auditor pode reduzir o volume de testes de auditoria na hipótese de a empresa ter um sistema de controle interno forte; caso contrário, o auditor deve aumentá-lo,

O controle interno é um conjunto de procedimentos, diretrizes, políticas e planos de organização que servem para garantir a eficiência, a ordem e a segurança na gestão administrativa contábil e financeira da empresa.

### 3.2-DEFINIÇÃO

Segundo Marcelo Cavalcanti Almeida, pg.63 e 64.

O controle interno representa em uma organização o conjunto de procedimentos, métodos ou rotinas com os objetivos de proteger os ativos, produzir dados contábeis confiáveis e ajudar a administração na condução ordenada dos negócios da empresa.

Os dois primeiros objetivos representam controles contábeis e o último, controles administrativos.

São exemplos de controles contábeis:

- sistemas de conferência, aprovação e autorização;
- segregação de funções (pessoas que tem acesso aos registros contábeis não podem custodiar ativos da empresa);
- controles físicos sobre ativos;
- auditoria interna.

São exemplos de controles administrativos:

- análises estatísticas de lucratividade por linha de produtos;
- controle de qualidade;
- treinamento de pessoal;
- estudos de tempos e movimentos;
- análise das variações entre os valores orçados e os incorridos;
- controle dos compromissos assumidos, mais ainda não realizados economicamente.

O controle interno é classificado em :

**Contábil:** Os métodos e controles são fixados para garantir a proteção dos ativos, a confiabilidade e validade dos registros e sistemas contábeis.

**Administrativos:** São os procedimentos que existem na empresa para assegurar a eficiência operacional e o cumprimento das diretrizes definidas pela direção

### **3.3- PRINCIPIOS FUNDAMENTAIS**

Segundo Marcelo Cavalcanti Almeida, pg.64 E 65.

A administração da empresa é responsável pelo estabelecimento do sistema de controle interno, pela verificação de se está este sendo seguido pelos funcionários, e por sua modificação, no sentido de adaptá-lo às novas circunstâncias.

Cabe a administração da empresa a responsabilidade pelo sistema de controle interno, por suas alterações caso necessário e verificar o cumprimento dele pelos funcionários.

#### **3.3.1- RESPONSABILIDADE**

As atribuições dos funcionários ou setores internos da empresa devem ser claramente definidas e limitadas, de preferência por escrito, mediante o estabelecimento de manuais internos de organização.

As razões para se definirem as atribuições são:

- assegurar que todos os procedimentos de controles sejam executados;
- detectar erros e irregularidades;
- apurar as responsabilidades por eventuais omissões na realização das transações da empresa.

Apresentaremos a seguir alguns exemplos de tarefas internas de controle, para as quais precisam ser definidos os empregados responsáveis:

- aprovações de bens e serviços;
- execução do processo de aquisição (cotação de preços, seleção de fornecedor e formalização da compra );
- certificação do recebimento de bens ou prestação dos serviços;
- habilitação do documento fiscal do fornecedor para pagamento (confronto da nota fiscal do fornecedor com contrato de ordem de compra etc.);
- programação financeira do pagamento;
- guarda de talonário de cheques em branco;
- assinaturas de cheques;
- pagamento ao fornecedor;
- aprovação de vendas;
- preparo da nota fiscal de venda, fatura e duplicata;
- controle de cobrança de vendas a prazo;
- programação financeira do recebimento;
- recebimento de numerário;
- preparo do recibo do depósito;
- depósito de numerário em banco;
- controle dos registros de empregados;
- determinação dos valores a pagar aos empregados;
- pagamentos aos empregados;
- controle físico sobre os ativos (dinheiro em caixa, cautelas de títulos, estoques etc.);
- registro contábil das operações da empresa.

As atribuições dos funcionários devem ser claramente estabelecidas pela administração da empresa para assegurar que os métodos de controle interno sejam executados, identificar erros e omissões e identificar possíveis responsáveis por omissões que causem prejuízo a empresa.

### **3.3.2- ROTINAS INTERNAS**

Segundo Marcelo Cavalcanti Almeida, pg. 65 e 66.

A empresa deve definir no manual de organização todas as suas rotinas internas. Essas rotinas compreendem:

-formulários internos e externos, como, por exemplo:

- requisição de aquisição de material ou serviços;
- Formulário de cotação de preços;
- mapa de licitação;
- ordem de compra;
- aviso de recebimento de material
- mapa de controle de programação financeira;
- fichas de lançamento contábil;
- boletim de fundo fixo
- carta de comunicação com os bancos;
- formulário de devolução de material;
- pedido de vendas;
- adiantamento para viagem;
- relatório de prestação de contas de adiantamento para viagem;

-instruções para o preenchimento e destinações dos formulários internos e externos;

-evidências das execuções dos procedimentos internos de controle (assinaturas, carimbos etc);

-procedimentos internos dos diversos setores da empresa, como, por exemplo:

- compras no país e no exterior;
- contas a pagar;
- programação financeira;
- caixa;
- controle de faturamento;
- créditos e cobrança;
- vendas;
- fiscal;
- almoxarifado;
- controladoria.

A empresa deve em seu manual de organização procedimentos internos para controle e aperfeiçoamento do controle interno.

### **3.3.3- ACESSO AOS ATIVOS**

Segundo Marcelo Cavalcanti Almeida, pg. 66 e 67.

A empresa deve limitar o acesso dos funcionários a seu ativos e estabelecer controles físicos sobre esses. O acesso aos ativos da empresa representa:

-manuseio de numerário recebido antes de ser depositado em conta corrente bancária;

- emissão de cheque sozinho (única assinatura);
- manuseio de cheques assinados;
- manuseio de envelopes de dinheiro de salários;
- custódia de ativos (dinheiro em caixa, cautelas de títulos, estoques,imobilizado etc).

São exemplos de controles físicos sobre os ativos:

- local fechado para o caixa;
- guarda de títulos em cofre;

Cabe destacar que o acesso aos ativos pode ser de forma direta (fisicamente) ou de forma indireta, por meio da preparação de documentos que autorizam sua movimentação.

A empresa deve limitar os funcionários com relação aos seu ativos, para se evitar desfalques e omissões .

### **3.3.4- SEGREGAÇÃO DE FUNÇÕES**

Segundo Marcelo Cavalcanti Almeida, pg. 67.

A segregação de funções consiste em estabelecer que uma mesma pessoa não pode ter acesso aos ativos e aos registros contábeis, devido ao fato de essas funções serem incompatíveis dentro do sistema de controle interno. Os registros contábeis compreendem o razão geral e os registros inicial, intermediário e final. O acesso a esses registros representa as pessoas que os preparam ou manuseiam informações que servem de base para sua elaboração,em circunstâncias que lhes permitem modificar os dados desses registros. Por exemplo, caso o funcionário tivesse acesso aos ativos e registros contábeis, ele poderia desviar fisicamente o ativo e baixá-lo contabilmente para despesa, o que levaria a ocultar permanentemente essa transação.

O controle interno em sua estrutura deve prever a separação entre os cargos de aprovação, execução, controle e contabilização, para que de nenhuma forma o funcionário tenha competências e atribuições em desacordo com este princípio.

### **3.3.5 - CONFRONTO DOS ATIVOS COM OS REGISTROS**

Segundo Marcelo Cavalcanti Almeida, pg. 67 e 68.

A empresa deve estabelecer procedimentos de forma que seus ativos, sob a responsabilidade de alguns funcionários, sejam periodicamente confrontados com os registros da contabilidade. O objetivo desse



procedimento é detectar desfalque de bens ou até mesmo registro contábil inadequado de ativos.

São exemplos desse confronto:

- contagem de caixa e comparação com o saldo do razão geral;
- contagem física de títulos e comparação com o saldo da conta de investimentos do razão geral;
- conciliações bancárias
- inventário físico dos bens do estoque e do ativo imobilizado, confronto com os registros individuais e comparação do somatório dos saldos desses registros com o saldo da respectiva conta do razão geral.

É muito importante a empresa adotar o procedimento de comparar os ativos com os registros contábeis, caso contrário, fica em aberto a possibilidade de o funcionário custodiamente apoderar-se indevidamente do ativo sem que esse fato seja descoberto por muito tempo. É importante destacar que o procedimento de controle deve ser feito por funcionários que não tenham acesso aos ativos da empresa. Esse fato é claro, já que o funcionário poderia desviar o bem e informar à administração da empresa que os ativos existentes concordam com os registros contábeis.

### **3.3.6 – AMARRAÇÕES DO SISTEMA**

Segundo Marcelo Cavalcanti Almeida, pg. 68.

O sistema de controle interno deve ser concebido de maneira que sejam registradas apenas as transações autorizadas, por seus valores corretos e dentro do período de competência. Esse fato exige uma série de providências, tais como:

- conferência independente do registro das transações contábeis;
- conferencia independente dos cálculos;
- conferencia da classificação contábil de todos os registros finais por um contador experiente;
- estabelecimento de controles seqüenciais sobre as compras e vendas, de forma a assegurar que essas transações sejam contabilizadas na época devida. Deve ser centralizado o recebimento e aposta uma numeração seqüencial nas notas fiscais de aquisição dos fornecedores. A contabilidade deve exercer um controle sobre a numeração seqüencial das notas fiscais de compras e vendas, observando se elas estão sendo contabilizadas dentro do regime de competência.
- as rotinas internas de controle devem ser determinadas de modo que uma área controle a outra. Por exemplo, em um sistema de compras e pagamento.

O registro referentes as transações precisam estar devidamente alinhadas e autorizadas para serem registradas pelo sistema de controle interno.

### **3.3.7- AUDITORIA INTERNA**

Segundo Marcelo Cavalcanti Almeida, pg. 70.

Não adianta a empresa implantar um excelente sistema de controle interno sem que alguém verifique periodicamente se os funcionários estão cumprindo o que foi determinado no sistema, ou se o sistema não deveria ser adaptado às novas circunstâncias. Os objetivos da auditoria interna são exatamente esses, ou seja:

- verificar se as normas internas estão sendo seguidas;
- avaliar a necessidade de novas normas internas ou de modificação das já existentes.

A auditoria interna é aquela realizada por funcionário da própria empresa, em caráter permanente. O auditor interno não deve assumir responsabilidades no setor operacional da organização.

### **3.3.8- CUSTOS DO CONTROLE X BENEFÍCIOS**

Segundo Marcelo Cavalcanti Almeida, pg. 70.

O custo do controle interno não deve exceder aos benefícios que deles se espera obter. Isso quer dizer que os controles mais sofisticados (normalmente mais onerosos) devem ser estabelecidos para transações de valores relevantes, enquanto os controles menos rígidos devem ser implantados para as transações menos importantes.

Quanto maior o grau de relevância das transações da empresa, maior deve ser a eficiência e onerosidade do sistema, pois é preciso observar a relação de custo/benefício que o sistema de controle interno irá trazer a empresa.

### **3.3.9- LIMITAÇÕES DO CONTROLE INTERNO**

Segundo Marcelo Cavalcanti Almeida, pg. 70.

As limitações do controle interno são principalmente com relação a:

- conluio de funcionários na apropriação de bens da empresa;
- os funcionários não são adequadamente instruídos com relação às normas internas;
- funcionários negligentes na execução de suas tarefas diárias.

É preciso analisar que não adianta a empresa implantar um excelente sistema de controle interno se os funcionários estão sendo negligentes ou não estão instruídos na execução de suas funções diárias.

### **3.4-IMPORTANCIA DO CONTROLE INTERNO**

Segundo William Attie pág.112 e 113.

A importância do controle interno fica patente a partir do momento em que se torna impossível conceber uma empresa que não disponha de controles que possam garantir a continuidade do fluxo de operações e informações proposto.

A confiabilidade dos resultados gerados por esse fluxo que transforma simples dados em informações a partir das quais os empresários, utilizando-se de sua experiência administrativa, tomam decisões com vistas no objetivo comum da empresa, assume vital importância.

Em adição, como é possível tomar decisões adequadas utilizando-se de informações que correm o risco de não serem confiáveis?

Para que se verifique a importância do controle é oportuno analisar o crescimento e a diversificação de uma empresa. Se pudermos identificar uma empresa em fase inicial, verificaremos que o dono é o ponto referencial do controle. É ele quem analisa e controla praticamente todos os segmentos da empresa; verifica a pontualidade dos funcionários; a fabricação e o padrão de qualidade dos produtos; o despacho e a entrega aos clientes; o pedido e o contas a pagar aos fornecedores; o contas a receber e o recebimento dos clientes etc.

A partir do momento que a empresa toma vulto e inicia sua fase de crescimento em volumes, em diversificação de produtos, em locais diferenciados de produção e de vendas a clientes em varias localidades, e até de segmentação diversa de novos produtos, torna-se inviável que seu dono, sozinho, controle todas as operações e transações. Quanto maior vai ficando a entidade social, maior e mais complexa se torna a organização estrutural, pois grande parte das atividades controladas inicialmente pelo dono vão sendo delegadas a outros funcionários, dos quais ele espera que haja compromisso e capacitação igual aquela que dispunha pessoalmente na gestão do negocio.

Dado isso, para existir controle eficiente das operações e poder de análise é preciso existir relatórios, indicadores e outros índices que reflitam a gestão das operações pelos funcionários contratados e o atendimento aos planos e metas traçados. Um sistema de controle interno implica que os funcionários tenham liberdade de atuação na execução de seus compromissos para buscar melhores resultados.

### **3.5-ELEMENTOS DO CONTROLE INTERNO**

Segundo Jose Miguel pág.42 a 44.

Podem se enumerados como segue:

1. Estrutura organizacional: Compreende a definição de áreas de responsabilidade, linhas de autoridade, canais de comunicação e níveis hierárquicos.

Destaca-se nesse item a divisão de departamentos e seus responsáveis, definindo-se claramente as funções e tarefas a serem realizadas pelo pessoal.

A divisão de funções significa que determinadas funções, por serem conflitantes entre si, devem ser segregadas quanto a autorização e execução, custódia de um ativo e registro contábil. No tocante ao fator humano, deve-se destacar uma seleção adequada de pessoal de acordo com bases definidas para cada posição, treinamento continuado segundo as necessidades da empresa, remunerações compatíveis com a capacidade e a posição ocupada, mobilidade horizontal e vertical, e um entorno e ambiente de trabalho adequados. Quanto às políticas e aos procedimentos contábeis, neles está inserido todo o sistema de informação da entidade, não apenas a contabilidade patrimonial básica mas também o controle orçamentário. O procedimento contábil nasce com a emissão da documentação correspondente a cada operação, passa pelos diversos registros e termina com o fornecimento da informação pertinente.

Portanto, esse procedimento compreende:

- as características dos meios e equipamentos empregados nos processamentos dos dados;
- o desenho dos registros, os comprovantes etc;
- o circuito da informação;
- o calendário das informações, ou seja, os prazos e os períodos em que

Uma informação deverá estar pronta.

Ainda na estrutura organizacional, entram os critérios de: inclusão, classificação e descrição dos lançamentos (plano de contas), a mensuração e quantificação dos lançamentos (por exemplo, as estimativas de provisão para Devedores Duvidosos-PDD).

Por fim, citam-se os controles adicionais periódicos, como checagem de contas, conciliações, verificações físicas etc.

2. Supervisão: nesse quesito, destacam-se alguns itens importantes, por exemplos, as verificações que os responsáveis devem exercer sobre a gestão econômica e financeira para garantir que ela funcione de acordo com os processos definidos, bem como se as políticas de planejamento e os procedimentos são os corretos. Outra questão que deve ser considerada é a aprovação e autorização de documentação e de situações para que possam seguir o ciclo normal dentro do circuito informativo e contábil.

A supervisão pode ser executada de forma:

- automática: quando existe rotina na gestão interna de tal maneira que a atual verificação suponha tarefas anteriores terminadas e autorizadas;
- direta: exercida por organismos de controle internos, como a auditoria interna.

### **3.6-OBJETIVOS DO CONTROLE INTERNO**

Segundo Jose Miguel pág.45 e 46.

Como objetivos gerais ou básicos do controle interno, podem ser apontados:

- aportar segurança na gestão empresarial ao prevenir fraudes e erros, proteger os ativos e dar fidedignidade aos registros e à informação contábil/financeira;
- obter eficiência das operações organizacionais ao desenvolver o acompanhamento e cumprimento das políticas e dos procedimentos.

Como objetivos específicos, podemos destacar:

No tocante aos sistemas contábeis de controle interno:

Autorizações apropriadas;

Classificação contábil adequada;

Verificação e avaliação periódica do conteúdo dos relatórios e das fontes de dados;

Salvaguarda física, que implica acesso restrito à utilização de ativos;

Adequada segregação de funções;

Procedimentos de acordo com a sistemática estabelecida pelas políticas da entidade.

No tocante a objetivos operacionais de controle interno:

O processamento das transações.

De modo geral, há uma estreita relação entre os objetivos do controle interno e os objetivos da auditoria de integridade, validade e exatidão.

### **3.7-O QUE É OBTIDO COM O CONTROLE INTERNO**

Segundo Jose Miguel pág.55 e 56.

O sistema de controle interno ajuda uma organização a:

- a) atingir seus objetivos de rentabilidade e rendimento;

- b) prever perdas de recursos;
- c) obter informação contábil confiável;
- d) reforçar a confiança de que a entidade cumpre as leis e normas vigentes.

## 4 RISCOS

Segundo Jose Miguel Aguilera Avalos pág.65.

Os riscos são fatos ou acontecimentos cuja probabilidade de ocorrência e incerta. A transcendência do risco, no âmbito do estudo do controle interno, baseia-se na sua provável manifestação e no impacto que pode causar na organização, ameaçando a consecução dos objetivos da entidade.

Risco é a variação do que se espera, esse conceito é coerente com a definição geral de risco: "Risco é entendido como a probabilidade de que aquilo que é esperado não aconteça" - em outras palavras, é a variação do que se espera.

### 4.1-RISCOS DE AUDITORIA

Segundo Jose Miguel Aguilera Avalos pág.32.

Entende-se por risco geral de auditoria aquele risco de se concluir e opinar de que as contas atuais tomadas em conjunto refletem a imagem fiel da companhia quando na realidade não o fazem, e o risco de que, embora elas reflitam a imagem fiel da companhia, o auditor conclua que não a refletem. O auditor deve obter o maior patamar de certeza possível, de tal forma a restringir o risco de auditoria ao seu menor nível relativo. Se, por exemplo, o auditor deseja ter 99% de certeza, então correrá 1% de risco de auditoria. Na praticam um risco de auditoria de 5% tem sido considerado suficientemente baixo para se emitir uma opinião.

Risco de auditoria e a possibilidade de o auditor vir a emitir um relatório errado ou incompleto sobre a área examinada, por deixar de modificar sua opinião sobre as demonstrações financeiras incorretas pelo efeito de erros, mas que não foi detectados pelo seu exame.

#### 4.1.2- IDENTIFICAÇÃO E ANÁLISE DO RISCO

Segundo Jose Miguel Aguilera Avalos pág.65.

É preciso identificar os riscos relevantes enfrentados pela organização na busca de seus objetivos, sejam estes internos ou externos.

A identificação do risco é um processo interativo e integrado à estratégia e ao planejamento; sempre o início deve ser “zero”, ou seja, não se tomam como base estudos anteriores sobre o risco.

Seu desenvolvimento deve abranger a realização de um mapeamento do risco que inclua os pontos-chaves da organização, as interações significativas com terceiros, os objetivos particulares e gerais e as ameaças que poderão ser enfrentadas.

Pontos-chave de uma organização podem ser:

- um processo que é crítico para sua sobrevivência;
- uma ou varias atividades que estejam fortemente relacionadas com os clientes;
- uma área que esteja sujeita a leis, decretos ou regulamentos de estrito cumprimento, com ameaças de severas punições pelo não cumprimento;
- uma área de vital importância estratégica.

A análise das atividades ou dos processos-chave está relacionada com o seu nível crítico e com a importância do objetivo, seja este implícito ou explícito.

Para ilustrar, seguem algumas fontes de riscos.

#### **Externas:**

- desenvolvimentos tecnológicos que, por não serem adotados, podem provocar a obsolescência organizacional;
- mudanças nas necessidades e expectativas da demanda;
- modificações na legislação e normas que conduzam forçosamente a mudanças na estratégia e nos procedimentos;
- alterações no cenário econômico que tenham impacto no orçamento da organização, em suas fontes de financiamento e em sua possibilidade de expansão.

#### **Internas:**

- a estrutura organizacional adotada, considerando os riscos inerente tanto dos modelos centralizados quanto dos descentralizados;
- a qualidade do pessoal, bem como os métodos de treinamento e motivação.
- a própria natureza das atividades da organização;
- o impacto relativo dos sistemas informatizados da organização.

Depois da identificação dos riscos organizacionais, o processo precisa ser aplicado às atividades, dentro, portanto, de um campo mais limitado às áreas e aos objetivos identificados.

#### **4.1.3-COMPONENTES DO RISCO DE AUDITORIA**

Segundo Jose Miguel Aguilera Avalos pág.33.

O risco geral de auditoria é um mix de três riscos:

- *Risco inerente*, que é o risco que se origina da natureza própria da conta ou do tipo de operação analisada.

- *Risco de controle*, que consiste na incapacidade de o sistema de controle interno evitar ou detectar oportunamente um erro importante.

- *Risco de detecção*, que nada mais é do o risco de que erros importantes, individualmente ou em conjunto coma as contas anuais, não sejam detectados pelas provas substantivas.

O auditor precisa determinar e valorizar os riscos inerente e de controle, bem como planejar procedimentos de auditoria para o risco de detecção, para que o risco geral de auditoria não supere o nível aceitável. Pode-se dizer que o risco de detecção é uma função direta dos procedimentos de auditoria.

##### **4.1.3-1- RISCO INERENTE**

Segundo Jose Miguel Aguilera Avalos pág.33.

Esse risco é definido como a susceptibilidade do saldo de uma conta ou tipo de operação a erros importantes, independentemente dos efeitos dos controles internos correspondentes.

O risco inerente é, portanto, influenciado pela natureza da conta, pelo tipo de transações e por outros fatores, podendo ser citados estes exemplos:

-cálculos complexos têm mais probabilidade de conter erros que cálculos simples;

-o caixa é mais suscetível ao roubo que o estoque de carvão.

-as contas derivadas de estimativas contábeis tem maior risco que as rotineiras.

O risco inerente é o mais difícil de ser detectado, pois, trata da ocorrência de irregularidades relevantes antes de se conhecer a eficácia dos sistemas de controle. É influenciado pela natureza das contas ou por outros fatores.



#### 4.1.3.2- RISCO DE CONTROLE

Segundo Jose Miguel Aguilera Avalos pág.35 e 36.

É o risco da existência de determinados erros materiais que não são detectados ou previstos no seu momento pelos sistemas de controle interno. Dito de outra forma, o risco de controle é função da efetividade do controle interno:

Risco de controle= f (sistema de controle interno)

Considerando-se que não existe um sistema de controle interno tão eficiente a ponto de eliminar todos os erros possíveis, então o risco de controle nunca pode ser igual a zero.

Por sua vez, como o auditor não pode controlar o risco de controle, pode alterar seu método de avaliação, alternando:

- os procedimentos utilizados para entender a estrutura de controle interno;
- as provas de cumprimento utilizadas.

O risco de controle não pode ser avaliado separadamente do risco inerente por causa das relações de ambos entre si. De qualquer forma, é o funcionamento adequado do controle interno que determina a natureza, a oportunidade e a extensão dos procedimentos substantivos.

É o risco de que os sistemas de controle interno possam falhar na detecção, em tempo eficiente, de erros e irregularidades relevantes, Levando em consideração de que não existe um controle interno tão perfeito a ponto de excluir todas as irregularidades possíveis.

#### 4.1.3.3-RISCO DE DETECÇÃO

“O risco de detecção é a combinação das possibilidades de que nem os procedimentos de verificação analítica nem as provas substantivas das operações dos saldos das contas reduzam os erros não detectados a um montante que em conjunto não tenham importância” (SIERRA; ORTA, 1996, P.135)

Segundo Jose Miguel Aguilera Avalos pág. 36.

O risco de detecção pode então, ser analisado por dois aspectos:

-risco de verificação analítica: é o erro significativo que pode não ser detectado pelas verificações utilizadas;

-risco de procedimentos substantivos, que representa a variável dependente da equação do risco de auditoria.

Ambos os procedimentos, o de revisão analítica e o das provas substantivas, manem certa correspondência, ou seja, os riscos associados a eles possuem um efeito multiplicativo, e isso define o fato de que a segurança derivada de um deles reduz proporcionalmente a segurança

exigida do outro para limitar o risco de detecção ao nível desejado pelo auditor.

Embora não seja possível designar valores específicos aos fatores de risco, podemos analisá-los conceitualmente, como veremos a seguir.

Suponha que um auditor não executa provas substantivas nem aplica procedimentos de revisão analítica. Se existem erros nas contas anuais, então há 100% de probabilidade de que esses erros não sejam detectados (RD=100%).

Todavia, se são efetuadas provas substantivas e são aplicados procedimentos de revisão analítica, bem como se há ainda 40% de risco de que as provas substantivas tampouco o façam, então a probabilidade de que nenhum dos procedimentos detecte os erros é de 40% x 20%, ou seja, 8%.

Dessa forma, conclui-se que, para que um erro nas contas anuais não seja detectado pelo auditor, é necessário que, tanto as provas substantivas como os procedimentos de revisão analítica não consigam detectá-lo.

O Risco de Detecção acontece em decorrência de que o auditor não verificou toda a evidência disponível, de possíveis deficiências na execução dos procedimentos de auditoria ou até mesmo na avaliação dos fatos descobertos durante o exame.

## **4.2-GESTAO DE RISCOS**

### **4.2.1- O RISCO E OS OBJETIVOS DA ORGANIZAÇÃO**

Segundo Jose Miguel Aguilera Avalos pág.63.

Os objetivos de uma organização podem ser estabelecidos de maneira estruturada e formal ou, pelo contrario, informal, caso em que, mesmo assim, podem estar implicitamente definidos ou claramente identificados- por exemplo. “manter o mesmo nível de custos fixos que o período anterior”.

Toda entidade estabelece, pelo menos anualmente, a sua missão, sua função e os valores considerados prioritários. Essas premissas, baseadas nas análises de oportunidades, debilidades e ameaças do entorno, entre outros aspectos, devem gerar uma estratégia global que aponte a designação de recursos entre as diferentes unidades do negocio e as prioridades em uma escala global. Os objetivos específicos são sempre subconjuntos dessa escala global.

O que leva à identificação dos fatores críticos de êxito é conhecimento dos objetivos globais e por atividades, ou seja, trata-se de definir as condições necessárias para que os objetivos sejam alcançados.

## 4.2.2- O IMPACTO DOS RISCOS NA ORGANIZAÇÃO

Segundo Jose Miguel Aguilera Avalos pág.62 e 63.

Os riscos são enfrentados por todas as organizações, independentemente de seu tamanho, natureza ou estrutura. Os riscos interferem na possibilidade de a organização sobreviver, concorrer com êxito para manter seu poder financeiro e a qualidade de seus produtos ou serviços. O risco é inerente aos negócios e não existe forma prática de reduzi-lo a zero. Portanto, a direção deve determinar o nível de risco considerado aceitável e mantê-lo nesse limite.

Os aspectos que devem ser considerados pela direção incluem:

- clima de ética e clima de pressão sobre a direção para obtenção dos objetivos;
- competência, aptidão e integridade do pessoal;
- tamanho dos ativos, liquidez e volume das transações;
- condições econômicas do País.
- complexidade e volatilidade das transações;
- impacto nos regulamentos governamentais;
- processos e sistemas de informação automatizados;
- mudanças organizacionais, operacionais, tecnológicas e econômicas.

Todas as empresas por menores que sejam sempre terão que enfrentar riscos, os riscos estão identificados com as áreas críticas da empresas, e cabe ao auditor interno identificá-los e designar as prioridades de verificações em função do grau do risco das diferentes operações envolvidas.

## 4.2.3-TRATAMENTO DAS MUDANÇAS

Segundo Jose Miguel Aguilera Avalos pág. 69 e 70.

Considerando que os controles desenhados para funcionar sob determinadas condições podem não funcionar apropriadamente em outras é que o tratamento a ser dado às mudanças é importante.

É preciso, então, criar condições de identificação de fatos capazes de ter um efeito desfavorável sobre os controles internos e de atentar contra a segurança de obtenção dos objetivos.

O tratamento dispensado às mudanças deve estar ligado ao processo de análise de riscos e ser capaz de informar a presença de condições de mudanças. Nesse intuito, algumas circunstancias merecem atenção especial em função do seu impacto potencial.

- câmbios no entorno;
- redefinição das políticas organizacionais;

- reorganizações e reestruturações internas;
- contratação de funcionários novos e rotação dos existentes;
- novos sistemas, procedimentos e tecnologias;
- crescimento acelerado;
- novos produtos, atividades ou funções.

Esse processo deve ter um sentido de antecipação dos fatos para permitir a tempo o planejamento das ações demandadas sempre atendendo a critérios de custo-benefício para a empresa.

## CONCLUSÃO

Após esse trabalho de pesquisa, percebe-se que a Auditoria Interna encontra-se em uma posição ideal para verificar e acompanhar as operações ou atividades, através do envolvimento integrado dos diferentes departamentos de uma empresa, onde é freqüente a existência de debilidades de controle interno, de modo a fortalecer a confiabilidade das informações fornecidas a clientes, investidores, e principalmente o Gestor, como ferramenta de controle administrativo e auxílio de processo de decisão. Mais do que nunca, em época de arrocho financeiro, é importante que as empresas organizem-se internamente para reduzir custos, simplificar processos, ganhar agilidade e ter maior rentabilidade, isso, através do acompanhamento e verificação da Auditoria Interna.

Pode-se afirmar que a Auditoria Interna, atualmente, é um instrumento de controle administrativo, que se destaca como ponto de integração de todos os efeitos, fatos e informações originados dos diversos segmentos de uma empresa, não somente aos fatores sob controle da contabilidade, estendendo-se aos demais departamentos. Por isso, considerando que riscos são enfrentados por todas as empresas, e que ele é inerente aos negócios, não existe uma forma prática de reduzi-lo a zero ou evitá-lo, mas com o conteúdo exposto neste trabalho, conclui-se que os riscos estão sempre identificados com as áreas críticas da empresa, e cabe à Auditoria Interna identificá-los e designar as prioridades de verificações em função do grau do risco das diferentes operações ou procedimento envolvidos. Assim, o Gestor deve determinar o nível de risco considerado aceitável e mantê-lo no limite, com acompanhamento da Auditoria e a base levar a eficácia dos controles internos.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Marcelo Cavalcanti. **Auditoria: Um curso moderno e completo.** 8. Ed. São Paulo: Atlas S.A., 2012.

ATTIE,William. **Auditoria interna:.** 2. Ed. São Paulo:Saraiva, 2007.

ATTIE,William.**Auditoria:Conceitos e Aplicações.**6Ed Atlas SA,2011

AVALOS, José Miguel Aguilera. **Auditoria e Gestão de Risco.** Instituto Chiavenato (org). – São Paulo: Saraiva, 2009.

CREPALDI, Silvio Aparecido. **Auditoria Contábil: teoria e prática.-** 8.ed. – São Paulo: Atlas, 2012.

FACULDADE VALE DO CRICARÉ. **Manual para Normalização de Trabalhos Acadêmicos e Referências Bibliográficas.** São Mateus, 2015.

Hernandez Perez Junior, José. **Auditoria das Demonstrações Contábeis: normas e procedimentos.** – 5. Ed. – São Paulo: Atlas, 2012.

JUND, Sergio. **Auditoria: Conceitos, Normas, Técnicas e Procedimentos.** 6. Ed Impetus,2004